

Jurisprudência em Sinopse¹



TST²

- O Tribunal Pleno decidiu, em razão de divergências, instaurar IRR sobre a aplicação imediata da supressão das horas *in itinere* nos contratos de trabalho em curso, por sua revogação pela Reforma Trabalhista. [TST-Emb-RR-528-80.2018.5.14.0004](#), Tribunal Pleno, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga, julgado em 27/11/2023.
- Com base no Tema 1046, do STF, considera-se inválida cláusula de ACT que prevê piso salarial inferior para empregados em contrato de experiência. [TST-RO-230-68.2018.5.08.0000](#), SDC, rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, julgado em 11/12/2023.
- Não cabem embargos para a SBDI de decisão de Turma que examina o mérito de agravo de instrumento negando a transcendência da causa. [TST-Ag-E-AIRR-20683-94.2020.5.04.0204](#), SBDI-I, red. p/ acórdão Min. Breno Medeiros, julgado em 07/12/2023.
- Indevida a limitação do valor da condenação ao valor dos pedidos na petição inicial. [TST-Emb-RR-555-36.2021.5.09.0024](#), SBDI-I, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 30/11/2023.
- Não se aplica à lei municipal julgada inconstitucional por TJ a flexibilização do prazo inicial da decadência em ação rescisória. [TST-ROT-229-43.2019.5.19.0000](#), SBDI-II, rel. Min. Luiz José Dezena da Silva, julgado em 12/12/2023.

¹Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9ª, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

²Ementas publicadas no [Informativo TST 282](#)

■ Não implica inexistência de interesse processual em ação rescisória a extinção da execução por seu cumprimento no processo matriz.

TST-ROT-101672-72.2018.5.01.0000, SBDI-II, rel. Min. Luiz José Dezena da Silva, julgado em 12/12/2023.

■ A necessidade de tanques enterrados para afastar a periculosidade restringe-se aos destinados ao armazenamento de combustíveis, não abrangidos os tanques dos geradores de emergência. **TST-Ag-ED-RRAg-1001471-53.2018.5.02.0703**, 1ª Turma, rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann, julgado em 13/12/2023

■ O maquinista de locomotiva equipara-se ao pessoal de equipagens em geral indicados na alínea “c”, do art. 237, da CLT, nos termos da S. 446/TST, para fins de jornada e intervalo. **TST-RRAg-1000888-23.2019.5.02.0254**, 1ª Turma, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 13/12/2023

■ A base de cálculo do adicional de periculosidade dos eletricitários é norma de ordem pública e não pode ser reduzida por norma coletiva.

TST-ARR-10260-56.2016.5.03.0103, 3ª Turma, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 5/12/2023)

■ 1. A base de cálculo da pensão a ser paga em razão de doença profissional a cargo da empresa deve computar o 13º salário, as férias e o seu terço. 2. Amplia-se indenização por danos imposta nos 1º e 2º Graus, com base no princípio da razoabilidade, para trabalhador que sofreu nove assaltos com arma de fogo e desenvolveu síndrome de estresse pós traumático e síndrome de ansiedade generalizada.

TST-RRAg-100090-27.2017.5.01.0047, 3ª Turma, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 5/12/2023

■ Indenização por dano moral coletivo de R\$ 20.000,00 deve ser ampliada pois a empresa descumpriu reiteradamente normas de segurança e medicina do trabalho referentes à prorrogação de jornada, não concessão do intervalo, inexistência de exame admissional e não exigência do uso de EPI, configurando a não observância de nove das doze providências solicitadas pelo MPT.

TST-RR-401-31.2017.5.05.0101, 3ª Turma, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 13/12/2023

- Com base no Tema 1046, do STF, é válida a cláusula convencional que determina a compensação da gratificação de função com a 7ª e 8ª horas extras condenadas. **TST-Ag-RR-1000926-88.2021.5.02.0052**, 3ª Turma, rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, julgado em 22/11/2023
- Comete dano moral coletivo o município que contrata irregularmente servidores públicos por meio de terceirização na forma de parceria e sem a realização de concurso público. **TST-RR-2005-32.2016.5.20.0008**, 3ª Turma, rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, julgado em 13/12/2023
- Para não gerar violação à coisa julgada substancial, os honorários advocatícios que constaram da fundamentação, mas não do dispositivo, devem ser executados normalmente. **TST-RR-257-63.2018.5.07.0005**, 3ª Turma, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 29/11/2023
- Não constitui obstáculo para a execução de TAC a permissão para recurso administrativo contra a imposição de multa em razão de seu descumprimento, não sendo questionável o seu requisito de exigibilidade como título executivo. **TST-Ag-AIRR-481-13.2018.5.09.0662**, 3ª Turma, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 13/12/2023
- À luz do Tema 638, do STF, a empresa que promove dispensa coletiva está obrigada a convocar o sindicato para negociar previamente, muito embora a anuência sindical não seja requisito para a validade do ato. **TST-RR-487-33.2018.5.20.0009**, 3ª Turma, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 13/12/2023
- Com base no Tema 1046, do STF, é válida norma coletiva que adota compensação de jornada de 10 dias de trabalho por cinco dias de descanso, com 12h de jornada, sendo que, nos primeiros cinco dias, o horário de trabalho era das 6h às 18h e nos últimos cinco dias, das 18h às 6h, com observância do descanso remunerado de 24h00. **TST-RR-1471-50.2013.5.05.0222**, 4ª Turma, rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, julgado em 28/11/2023
- O juízo territorialmente competente para a ação de cobrança de contribuição sindical promovida pelo sindicato dos trabalhadores é o da sede da empresa ré. **TST-RR-280-15.2016.5.14.0092**, 4ª Turma, rel. Min. Alexandre Luiz Ramos, julgado em 12/12/2023

- Com base no Tema 725, do STF, é válida a terceirização na atividade-fim da empresa tomadora de serviços. **TST-RR-2241300-22.2009.5.09.0651**, 5ª Turma, rel. Min. Breno Medeiros, julgado em 13/12/2023
- Não comete dano moral a empresa de vigilância que não permite a utilização de banheiro em parada não programada durante viagens. **TST-Ag-RRAg-1829-58.2016.5.17.0001**, 5ª Turma, rel. Min. Breno Medeiros, julgado em 6/12/2023
- É válida a norma interna da CEF que permite apenas o pagamento proporcional aos minutos trabalhados da gratificação de caixa. **TST-RRAg-1214-76.2017.5.05.0192**, 5ª Turma, rel. Min. Breno Medeiros, julgado em 6/12/2023
- Não é válida a fixação de teto limitador no valor das vendas para o pagamento das comissões. **TST- RR-1001149-15.2022.5.02.0502**, 5ª Turma, rel. Min. Breno Medeiros, julgado em 13/12/2023
- Não é discriminatória a dispensa de empregado dependente químico, se a empresa tentou reinserir o trabalhador na sociedade, inclusive oferecendo-lhe participar de programa de tratamento para pessoa com dependência. **TST-Ag-AIRR-1641-21.2014.5.17.0006**, 7ª Turma, rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, julgado em 29/11/2023
- Constitui execrável *venire contra factum proprium* a trabalhadora gestante postular os direitos decorrentes da gravidez após ter celebrado acordo extrajudicial com a empresa com esse mesmo objeto. **TST-ARR-918-02.2015.5.02.0065**, 7ª Turma, rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, julgado em 29/11/2023
- A empregada de empresa bancária privada, mãe de filhas gêmeas portadoras de autismo, tem direito à redução da jornada de trabalho sem a diminuição proporcional da remuneração. **TST-RR-20253-08.2018.5.04.0821**, 7ª Turma, rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, julgado em 29/11/2023
- É válida a determinação judicial de que o empregador prorogue a validade de concurso público apenas para os candidatos com deficiência com a sua nomeação

imediate. [TST-AIRR-86-70.2017.5.17.0003](#), 7ª Turma, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 5/12/2023

■ Não tem transcendência a causa em que a empresa pede a devolução de 50% do valor investido em curso que patrocinou por haver o empregado se demitido antes do prazo de permanência no emprego. TST-Ag-AIRR 1000478-06.2022.5.02.0465, 7ª Turma, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 13/12/2023

■ Com base no Tema 1046, do STF, é válida norma coletiva que prevê jornada superior a 6 horas para o turno ininterrupto de revezamento com prestação habitual de horas extras. [TST-RR-10920-94.2018.5.15.0087](#), 8ª Turma, rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, julgado em 5/12/2023

■ Com base no Tema 1046, do STF, é válida norma coletiva que prevê jornada de 15 dias de trabalho de 11 horas por dia com uma hora de intervalo e 15 dias de descanso. [TST-RR-645-86.2021.5.08.0116](#), 8ª Turma, rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, julgado em 13/12/2023

■ Não é devido o adicional de periculosidade ao empregado que conduz veículo equipado com tanque de combustível suplementar para consumo próprio com capacidade superior a 200 litros. [TST-RR-804-11.2021.5.07.0034](#), 8ª Turma, rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, julgado em 13/12/2023

Com base no Tema 1046, do STF, é válida norma coletiva que prevê compensação semanal de jornada, admitindo trabalho extraordinário aos sábados com adicional de 80%. [TST-RR-824-77.2019.5.14.0001](#), 8ª Turma, rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, julgado em 13/12/2023

■ A norma que veda a iniciativa *ex officio* do juízo trabalhista na execução tem aplicação imediata para as ações ajuizadas antes da Reforma Trabalhista. [TST-RR-11749-04.2015.5.01.0012](#), 8ª Turma, rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, julgado em 13/12/2023

■ Deve ser conhecido o recurso interposto pelo sistema e-doc, mesmo que não oferecida a petição física posterior. [TST-RR-1627-66.2014.5.01.0302](#), 8ª Turma, rel. Min. Delaíde Miranda Arantes, julgado em 5/12/2023

■ Reconhecido, em ACP promovida por sindicato, o direito dos empregados cujos filhos ou cônjuges seja portadores de necessidades especiais de redução de jornada sem a proporcional redução salarial. **TST-RR-893-68.2018.5.09.0071**, 8ª Turma, rel. Min. Delaíde Miranda Arantes, julgado em 13/12/2023

■ Deve ser condenado o município em ação civil pública por dano extrapatrimonial coletivo que se omite diante de graves violações a direitos de crianças e adolescente decorrentes de trabalho irregular de menores em suas praias.

TST-RR-959-34.2015.5.02.0302, 8ª Turma, rel. Min. Alexandre de S. Agra Belmonte, julgado em 12/12/2023

■ Tem direito a redução de jornada sem a redução proporcional de salário a empregada do Banco do Brasil para o cuidado de seu filho portador de necessidades especiais (autismo), estendendo-se direito já reconhecido em ação anterior.

TST-Ag-AIRR-10571-21.2020.5.03.0034, 8ª Turma, red. p/ acórdão Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, julgado em 12/12/2023

Célio Horst Waldraff

Desembargador Presidente
do NUGEPNAC do TRT-PR

Dúvidas ou sugestões:

nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528
2º andar do prédio anexo